



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 1312, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021.

(Publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 495 de 17/12/2021)

(Republicado no Diário Oficial Eletrônico nº 501 de 28/12/2021)

EMENTA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022.

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO** aprovou e **EU** sanciono a seguinte **LEI**, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica Municipal:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Esta Lei, em consonância com as disposições sobre a matéria, contidas no artigo 165 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e na Lei Municipal nº 1267, de 28 de setembro de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, estima a Receita e fixa a Despesa do Município de São Gonçalo para o exercício financeiro de 2022, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus Fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;



II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, bem como as Fundações, as Autarquias e os Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público;

III – o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

TÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

CAPÍTULO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Da Receita Total

Art. 2º - A Receita Orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente é estimada em R\$ 1.513.232.381,00 (Um bilhão, quinhentos e treze milhões, duzentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e um reais), desdobrada e demonstrada nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal, em R\$ 924.169.086,00 (Novecentos e vinte e quatro milhões, cento e sessenta e nove mil e oitenta e seis reais);

II – Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 589.063.295,00 (Quinhentos e oitenta e nove milhões, sessenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º - As Receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto abaixo:

I – RECEITA MUNICIPAL	VALOR EM R\$ 1,00
I.1 – RECEITAS CORRENTES	1.485.027.233
I.2 – RECEITAS DE CAPITAL	28.205.148
RECEITA GLOBAL	1.513.232.381

Art. 4º - A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento abaixo:

RECEITAS CORRENTES	1.485.027.233
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	333.475.597
Contribuições	90.421.000
Receita Patrimonial	7.289.006
Receita de Serviços	939.673
Transferências Correntes	977.791.312
Outras Receitas Correntes	18.940.996
Receitas Correntes – Operações Intra-orçamentárias	128.200.000
Deduções – Receitas Correntes	-72.030.351
RECEITAS DE CAPITAL	28.205.148
Operações de Crédito	16.605.000
Alienação de Bens	109.909
Transferências de Capital	11.479.065
Outras Receitas de Capital	11.174
TOTAL	1.513.232.381



CAPÍTULO II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Da Despesa Total

Art. 5º. - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 1.513.232.381,00 (Um bilhão, quinhentos e treze milhões, duzentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e um reais), com o desdobramento abaixo:

I – DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO

DESPESAS CORRENTES	1.394.027.721
Pessoal e Encargos Sociais	855.437.916
Juros e Encargos da Dívida	2.657.710
Outras Despesas Correntes	535.932.095
DESPESAS DE CAPITAL	116.040.160
Investimentos	50.027.560
Inversões Financeiras	311.000
Amortização da Dívida	65.701.600
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	1.164.500
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000.000
TOTAL	1.513.232.381

Art. 6º - Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o artigo 9º da Lei Municipal nº 1267, de 28 de setembro de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.



CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 7º - A Despesa Total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida na forma abaixo:

I – DESPESA POR FUNÇÃO

LEGISLATIVA	26.127.260
ADMINISTRAÇÃO	188.740.999
SEGURANÇA PÚBLICA	10.753.130
ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.410.435
PREVIDÊNCIA SOCIAL	207.914.779
SAÚDE	389.234.070
TRABALHO	504.000
EDUCAÇÃO	337.055.000
CULTURA	1.166.200
URBANISMO	133.656.735
HABITAÇÃO	12.750
SANEAMENTO	1.000
GESTÃO AMBIENTAL	38.405.989
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	4.000
AGRICULTURA	52.000
INDÚSTRIA	3.000
COMÉRCIO E SERVIÇOS	85.054
TRANSPORTE	3.829.880
DESPORTO E LAZER	2.477.000
ENCARGOS ESPECIAIS	135.634.600
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.164.500
TOTAL	1.513.232.381



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO

II – DESPESA POR ÓRGÃO

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal	30.159.060
Fundo Especial da Câmara Municipal de São Gonçalo	11.000

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Secretaria Municipal de Administração	28.980.600
Secretaria Municipal de Fazenda	117.317.130
Gabinete do Prefeito	3.652.132
Procuradoria Geral	49.295.000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	3.194.000
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos	2.538.000
Secretaria Municipal de Ordem Pública	55.590.300
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	2.490.000
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil	4.805.000
Secretaria Municipal de Transportes	9.823.380
Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Social	6.094.810
Secretaria Municipal de Controle Interno	1.989.100
Secretaria Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas	1.438.000
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	215.636.064
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	1.861.200
Secretaria Municipal de Habitação	728.768
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	4.883.647
Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais	6.146.720
Secretaria Municipal de Assistência Social	5.783.345
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Assuntos Portuários	1.174.800
Reserva de Contingência	2.000.000



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO

Fundo Municipal de Defesa Civil	284.010
Fundo Municipal para Infância e Adolescência	1.095.840
Fundo Municipal de Assistência Social	28.450.535
Fundo Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas	13.000
Fundo Municipal de Esporte e Lazer	46.000
Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	5.397.060
Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano	24.600
Fundo Municipal do Turismo	4.000
Fundo Municipal de Saúde	386.738.070
Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	12.750
Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de São Gonçalo	27.260
Fundo de Gestão, Desenvolvimento e Modernização da Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo	3.120.000
Fundo Municipal de Apoio à Pessoa com Deficiência	12.600
Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher	12.600
Fundo Municipal de Educação de São Gonçalo	337.055.000
Fundo Municipal de Cultura	337.000
Fundo Municipal de Segurança Pública	4.000

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de São Gonçalo	182.499.000
Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental	10.000
Fundação Municipal de Saúde	1.291.000
Fundação de Artes, Esportes e Lazer de São Gonçalo	4.378.000
Fundação Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo	6.828.000
TOTAL	1.513.232.381



CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO

Art. 8º - Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº. 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço, por excesso de arrecadação em bases constantes e por anulação parcial ou total de dotações dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei.

Parágrafo Único – Os créditos adicionais suplementares por anulação parcial ou total de dotações do Poder Executivo, tratados no caput deste artigo, ficam limitados a 35 % (trinta e cinco por cento) dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º - As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais com servidores estão alocadas em cada Unidade Orçamentária da Administração Direta e Indireta.

Art. 10 - A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para as funções de Assistência Social, Saúde, Educação, Saneamento e Habitação em áreas de baixa renda.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a subempréstimos voltados para a modernização administrativa e fiscal especialmente tratando-se do Programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT, do Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

Art. 15 – O Poder Executivo poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, em cumprimento ao que estabelece o Artigo 9º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, para garantir o alcance das metas fiscais, conforme o artigo 34 da Lei Municipal nº 1267, de 28 de setembro de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para, em virtude de alteração na estrutura organizacional, legal ou regimental de órgãos da Administração Direta ou de entidades da Administração Indireta, adaptar o orçamento aprovado pela presente Lei à modificação administrativa ocorrida, inclusive criando Unidades Orçamentárias, Programas de Trabalho, Elementos de Despesa e Fontes de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO**

Recursos necessários à redistribuição dos saldos de dotações, sem aumento de despesas, observando o equilíbrio orçamentário.

Art. 17 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO, em 17 de dezembro de 2021.

**NELSON RUAS DOS SANTOS
- Prefeito –**